

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.618.010 - MG (2016/0203612-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : JOAQUIM CORREA DA MOTTA  
**ADVOGADOS** : CLEISSON AGUIAR - MG063450  
MARCO AURÉLIO CARVALHO GOMES - MG073193  
ÁTILA GOMES - MG118025  
ELCIO ROCHA GOMES - MG052755N  
**RECORRIDO** : FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL -  
VALIA  
**ADVOGADOS** : FÁBIO AUGUSTO JUNQUEIRA DE CARVALHO - MG064646  
MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL -  
MG064029

## EMENTA

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/73**. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PRETENSÃO DE COMPLEMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE RESGATE DE RESERVA. NÃO INCIDÊNCIA DE EXPURGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA CONTIDO NO ART. 47 DO CDC. SÚMULA Nº 211 DO STJ. NÃO SUSCITADA A VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. NECESSIDADE. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO E/OU CONFIGURADO. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL INTERPRETADO DIVERGENTEMENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284/STF. PRECEDENTES. *OBITER DICTUM* ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 568 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

## DECISÃO

JOAQUIM CORREA DE MOTTA (JOAQUIM) ajuizou, na qualidade de segurado, ação de rito ordinário contra FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE JURÍDICA SOCIAL E VALE S/A (VALIA), visando o recebimento de complementação de sua aposentadoria com os mesmos índices aplicados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

O Magistrado de primeiro grau julgou improcedente o pedido, com o fundamento de que JOAQUIM não tem direito ao aumento real concedido pelo INSS aos seus segurados, porque ficou comprovado que as fontes de custeio deles são diversas, bem como há previsão estatutária para o reajuste requerido (e-STJ, fls. 689/692).

# Superior Tribunal de Justiça

A apelação interposta por JOAQUIM não foi provida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), nos termos da seguinte ementa:

*APELAÇÃO CÍVEL - PRESCRIÇÃO - COBRANÇA - ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - RECEBIMENTO DE RENDA COMPLEMENTAR - APOSENTADORIA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.*

*Nas obrigações de trato sucessivo, a violação do direito acontece de forma contínua, renovando-se o prazo prescricional a cada prestação periódica não cumprida. Permanecendo vinculado à entidade de previdência complementar, o participante recebe, mensalmente, a complementação ou suplementação da sua aposentadoria, situação que não autoriza o resgate da reserva de poupança, razão pela qual se revela incompatível a pretensão de correção da reserva de poupança mediante a incidência dos expurgos inflacionários (e-STJ, fl. 737).*

Os embargos de declaração opostos forma rejeitados (e-STJ, fls. 763/768).

Inconformado, JOAQUIM interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF alegando violação do art. 47 do CDC, além de dissídio jurisprudencial, ao sustentar que (1) a VALIA concedeu reajuste em patamar inferior, de onde exsurge o direito de receber as diferenças com base nos mesmos índices aplicados pelo INSS; e (2) o acórdão recorrido por entender que não se aplicam os expurgos nas correções monetárias dos benefícios de complementação de aposentadoria divergiu de julgados dos tribunais pátrios

Contrarrazões do recurso especial (e-STJ, fls. 811/826).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9.3.2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

# Superior Tribunal de Justiça

## (1) Da violação do art. 47 do CDC

O tema contido no art. 47 do CDC não foi discutido na formação do acórdão recorrido, razão pela qual a questão federal que emerge dele não pode ser analisada pelo STJ, em virtude da ausência do indispensável requisito do prequestionamento.

Dessa forma, com base no que dispõe a Súmula nº 211 desta Corte, o recurso especial, no ponto, não pode ser analisado neste Tribunal Superior: *inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.*

## (2) Do dissídio jurisprudencial

O dissídio jurisprudencial viabilizador do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional não foi demonstrado nos moldes legais.

Com efeito, além de indicar o dispositivo legal supostamente violado pelo acórdão recorrido e transcrever os julgados apontados como paradigmas, é necessário que o recorrente, além de indicar especificamente qual dispositivo legal recebeu interpretação diversa por Tribunais pátrios, realize o indispensável cotejo analítico, com a demonstração da identidade das situações fáticas e da interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo legal. A mera transcrição de ementas e trechos de julgados não serve para demonstrar o dissídio jurisprudencial.

Da análise do recurso interposto é possível verificar que FRANCISCO não se desincumbiu de tais tarefas, pois não indicou qual dispositivo legal recebeu interpretação diversa pelos tribunais pátrios e também não realizou o indispensável cotejo analítico dos julgados de modo a comprovar a similitude fática dos casos confrontados, ou seja, não ficou demonstrado em quais circunstâncias o caso confrontado e o paradigma trazido à colação aplicaram diversamente o mesmo direito, sobre a mesma base fática, tendo ele apenas se limitado a transcrever a ementa e trechos de julgados apontados como paradigmas.

Nesse sentido, destaco os seguintes julgados desta eg. Corte Superior:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL. DEMORA NO PAGAMENTO DO SEGURO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. Pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso não merece conhecimento, pois, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial deve ser comprovada e demonstrada, em qualquer caso, com*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Não basta a simples transcrição de ementas e de parte dos votos sem que seja realizado o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.*

*2. O aresto combatido, tendo em vista o conjunto fático-probatório coligido, concluiu pela inexistência do dano moral. Rever tal conclusão encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.*

*3. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp nº 370.317/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado aos 10/6/2014, DJe de 16/6/2014, sem destaque no original)

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TEMPESTIVIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ.*

*(...)*

*3. Não se conhece de recurso especial interposto pelo dissídio que não esteja comprovado nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ.*

*4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência Pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp nº 481.270/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado aos 27/5/2014, DJe de 12/6/2014, sem destaque no original)

No mais, a ausência de indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal em torno do qual haveria divergência jurisprudencial evidencia a deficiência na fundamentação do recurso, a atrair a incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF.

Nesse sentido, confirmam-se:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. VALOR. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. DECISÃO*

# Superior Tribunal de Justiça

*MANTIDA.*

1. O conhecimento do recurso especial fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação dos dispositivos legais que supostamente foram objeto de interpretação divergente. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.

2. Não se considera comprovado o dissídio jurisprudencial, se não houve demonstração da divergência, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico entre elas (art. 541, parágrafo único, do CPC/1973).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp nº 1.450.854/SP, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado aos 19/8/2019, DJe de 22/8/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO DE LEI. AUSÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. ENUNCIADO SUMULAR. VIOLAÇÃO. ANÁLISE. VIA INADEQUADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

3. O recurso especial não constitui via adequada para análise de eventual contrariedade de enunciado sumular por não estar compreendido na expressão "lei federal" constante do art. 105, III, "a", da Constituição Federal, conforme previsto na Súmula nº 518/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp nº 1.361.251/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado aos 29/4/2019, DJe de 6/5/2019).

# Superior Tribunal de Justiça

O dissídio jurisprudencial viabilizador do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional não foi demonstrado nos moldes legais.

Com efeito, além de indicar o dispositivo legal supostamente violado pelo acórdão recorrido e transcrever os julgados apontados como paradigmas, é necessário que o recorrente, além de indicar especificamente qual dispositivo legal recebeu interpretação diversa por Tribunais pátrios, realize o indispensável cotejo analítico, com a demonstração da identidade das situações fáticas e da interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo legal. A mera transcrição de ementas e trechos de julgados não serve para demonstrar o dissídio jurisprudencial.

Da análise do recurso interposto é possível verificar que JOAQUIM não se desincumbiu de tais tarefas, pois não indicou qual dispositivo legal recebeu interpretação diversa pelos tribunais pátrios e também não realizou o indispensável cotejo analítico dos julgados de modo a comprovar a similitude fática dos casos confrontados, ou seja, não ficou demonstrado em quais circunstâncias o caso confrontado e o paradigma trazido à colação aplicaram diversamente o mesmo direito, sobre a mesma base fática, tendo ele apenas se limitado a transcrever a ementa e trechos de julgados apontados como paradigmas.

Nesse sentido, destaco os seguintes julgados desta eg. Corte Superior:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL. DEMORA NO PAGAMENTO DO SEGURO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. Pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso não merece conhecimento, pois, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial deve ser comprovada e demonstrada, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Não basta a simples transcrição de ementas e de parte dos votos sem que seja realizado o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.*

*2. O aresto combatido, tendo em vista o conjunto fático-probatório coligido, concluiu pela inexistência do dano moral. Rever tal conclusão encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.*

*3. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp nº 370.317/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado aos 10/6/2014, DJe de 16/6/2014, sem destaque no original)

# *Superior Tribunal de Justiça*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TEMPESTIVIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ.*

*(...)*

**3. Não se conhece de recurso especial interposto pelo dissídio que não esteja comprovado nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ.**

*4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência Pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no AREsp nº 481.270/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado aos 27/5/2014, DJe de 12/6/2014, sem destaque no original)*

No mais, a ausência de indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal em torno do qual haveria divergência jurisprudencial evidencia a deficiência na fundamentação do recurso, a atrair a incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF.

Nesse sentido, confirmam-se:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. VALOR. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N.º 284 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O conhecimento do recurso especial fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação dos dispositivos legais que supostamente foram objeto de interpretação divergente. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.*

*2. Não se considera comprovado o dissídio jurisprudencial, se não houve demonstração da divergência, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico entre elas (art. 541, parágrafo único, do CPC/1973).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no REsp nº 1.450.854/SP, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado aos 19/8/2019, DJe de 22/8/2019)*

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO DE LEI. AUSÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. ENUNCIADO SUMULAR. VIOLAÇÃO. ANÁLISE. VIA INADEQUADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

3. O recurso especial não constitui via adequada para análise de eventual contrariedade de enunciado sumular por não estar compreendido na expressão "lei federal" constante do art. 105, III, "a", da Constituição Federal, conforme previsto na Súmula nº 518/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp nº 1.361.251/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado aos 29/4/2019, DJe de 6/5/2019).

Em *obiter dictum*, ainda que fosse possível ultrapassar tal óbice para conhecimento do recurso especial pela alínea *c* do permissivo constitucional, verifica-se que o TJ/MG consignou que o resgate total das contribuições vertidas ao plano (reserva de poupança) somente teria cabimento quando houvesse o rompimento do vínculo contratual com a entidade de previdência privada, ficando, nessa hipótese, autorizada a correção da reserva de poupança mediante a incidência dos expurgos inflacionários, o que não é a hipótese dos autos na medida em que JOAQUIM permanece vinculado à entidade de previdência privada, recebendo a complementação da sua aposentadoria.

Constata-se que o acórdão recorrido não merece reparos porque decidiu em harmonia com a jurisprudência dominante e recente nesta eg. Corte Superior, que consolidou o entendimento de que a Súmula nº 289 do STJ, que dispõe que *a restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena*,



# *Superior Tribunal de Justiça*

*por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda, se restringe às hipóteses em que o filiado desliga-se da entidade de previdência privada, não se aplicando aos casos em que o beneficiário já auferir os benefícios complementares estipulados no contrato, hipótese que presente no caso ora em análise.*

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. RESERVA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N. 289/STJ. AUSÊNCIA DE RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES. VÍNCULO NÃO DESFEITO COM A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. VERBA HONORÁRIA. FIXAÇÃO EQUITATIVA (CPC/1973, ART. 20, § 4º). VALOR CONDIZENTE COM O CASO EM QUESTÃO. DECISÃO MANTIDA.*

*1. A Segunda Seção desta Corte pacificou entendimento no sentido de que a Súmula n. 289/STJ, a qual dispõe que 'a restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda', tem aplicação restrita aos casos de resgate, hipótese em que há o rompimento definitivo do vínculo contratual do participante, que nem sequer chegou a auferir benefício complementar.*

*2. No caso em exame, inaplicável a Súmula n. 289/STJ, uma vez que não houve o definitivo rompimento dos participantes com o vínculo contratual de previdência complementar.*

*3. Deve ser mantido o valor dos honorários advocatícios, que foram fixados dentro dos parâmetros legais (art. 20, § 4º, do CPC/1973) e não se mostra exorbitante considerando o número total de autores, o tempo de tramitação do processo e o trabalho realizado pelos advogados.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp nº 123.346/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado aos 4/10/2016, DJe de 10/10/2016)*

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SÚMULA 289 DO STJ. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE RESGATE. PERMANÊNCIA DO VÍNCULO CONTRATUAL COM A ENTIDADE PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES. AGRAVO*

# Superior Tribunal de Justiça

## INTERNO DESPROVIDO.

1. Não há que se falar em omissão ou ausência de fundamentação na hipótese de o acórdão recorrido, ainda que de modo conciso, expor, adequadamente, as razões de fato e de direito que levaram à conclusão do julgado.

2. A Súmula 289/STJ, a qual dispõe que 'a restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda', aplica-se apenas às hipóteses em que houve o rompimento definitivo do vínculo contratual entre o participante e a entidade de previdência privada complementar, o que não é o caso dos autos.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp nº 1.695.561/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado aos 5/12/2017, DJe de 15/12/2017).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REAJUSTE DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SÚMULA 289 DO STJ. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE RESGATE. VÍNCULO CONTRATUAL COM A ENTIDADE PREVIDENCIÁRIA MANTIDO. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. 'A atual jurisprudência desta Corte está sedimentada no sentido de que a Súmula n. 289/STJ, a qual dispõe que 'a restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda', tem aplicação restrita aos casos de resgate, hipótese em que há o rompimento definitivo do vínculo contratual do participante, que nem sequer chegou a auferir benefício complementar' (AgRg nos EREsp 1.488.815/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/08/2015, DJe de 18/08/2015).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp nº 1.082.463/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado aos 1º/12/2016, DJe de 14/12/2016)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

